

Aprovado em reunião de CD  
de 18/06/2025

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA  
UNIÃO EUROPEIA N.º 22-2025**

**Aquisição de equipamentos de laboratório, no âmbito do projeto REABIT-  
Reabilitação de Infraestruturas e Equipamentos da sede do Instituto Nacional de  
Saúde, Doutor Ricardo Jorge, IP., de acordo com o N.º5 do aviso 16/CO1-i01/2023  
e com a Candidatura T703239160-6012, para os Departamentos Técnico Científicos  
do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.**

**Programa do Procedimento**

## **Artigo 1.º**

### **Objeto e identificação do procedimento**

1. O presente procedimento de concurso público, com publicação no JOUE, tem por objeto a aquisição de e manutenção de equipamentos para o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP de acordo com as condições estabelecidas no respetivo caderno de encargos.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (*Common Procurement Vocabulary*), 38000000 Equipamento laboratorial, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.
3. O procedimento pré-contratual reveste-se da modalidade de Concurso Público, escolhida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e tramitado nos termos do artigo 130º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
4. O objeto referido no número anterior compreende os lotes, caracterizados de forma detalhada no caderno de encargos do presente procedimento.

## **Artigo 2.º**

### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante, nos termos da al. d) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP, é o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., abreviamente, designada por INSA, I.P., com sede na Av. Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, com o NIPC 501427511, número de telefone 217519200 e fax 217526400, com o endereço de correio eletrónico [info@insa.min-saude.pt](mailto:info@insa.min-saude.pt).

## **Artigo 3.º**

### **Órgão competente para a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação de 18 de junho de 2025, no uso de competência delegada nos termos do nos termos do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, em conjugação com a estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

#### **Artigo 4.º**

##### **Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do concurso**

1. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas na interpretação das peças do concurso devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica disponível no endereço <https://www.acingov.pt>, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do concurso e são prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. A apresentação da lista na qual se identifiquem expressa e inequivocamente os erros e as omissões das peças do procedimento detetados devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 50.º do CCP.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
7. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica identificada no n.º 1 do presente artigo.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Artigo 5.º**

### **Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta a apresentar deverá ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, conforme referido na alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP, [cfr. Anexo I ao presente Programa], a qual deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
  - b) Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do CCP, segundo as instruções disponíveis no seguinte endereço <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>
  - c) Documento que contenha os atributos e termos ou condições da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
    - i Documento com proposta financeira onde conste o preço contratual proposto e identificação inequívoca do(s) lote(s) a que concorre;
    - ii Identificação inequívoca do(s) lote(s) a que concorre;
    - iii Declaração de cumprimento dos requisitos de “Marcação CE”, quando aplicável;
    - iv Fichas de segurança, quando aplicável;
    - v O preço anual dos serviços de manutenção, se aplicável.
    - vi Prazo de entrega
    - vii Modelo de resposta, de acordo com o Anexo III do presente programa do procedimento, devendo o mesmo ser obrigatoriamente apresentado em formato xls. e em simultâneo em Pdf.
    - viii Os preços unitários a apresentar no anexo I do programa têm que ser:
      - a. preenchidos em euros e com ser indicado com 7 (sete) casas decimais, sendo que, se o preço proposto não apresentar o referido número de casas decimais, será assumido que as restantes em falta, à sua direita, são de valor igual a zero.
      - b. Acréscimo de IVA à taxa legal em vigor;

- c. É obrigatório os esclarecimentos justificativos cabais de um preço anormalmente baixo, se aplicável.
2. Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta, a forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, contrato de consorcio, procuração), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
  3. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, sendo que o concorrente poderá ainda apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para a análise e avaliação da sua proposta.
  4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
  5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
  6. A declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do presente artigo deverá ser assinada pelos representantes legais da empresa através de assinatura eletrónica qualificada emitida por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
  7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente os assinantes com a sua função e poder de assinatura, deverá a empresa entregar um documento eletrónico oficial que indique o poder de representação e poder de assinatura dos assinantes.
  8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
  9. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

10. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas que poderão ser redigidos em língua inglesa, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP.
11. Sem prejuízo do previsto no número anterior, todos os documentos, que, por sua natureza, sejam originalmente redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução para português devidamente certificada, cujo teor prevalece para todos os efeitos quando seja divergente.

### **Artigo 6.º**

#### **Prazo e modo de apresentação das propostas**

1. A proposta deverá ser apresentada até às 23:59 horas do 30.º (trigésimo) dia a contar do envio para publicação, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP
2. Os documentos que compõem a proposta deverão ser apresentados diretamente através da plataforma eletrónica “AcinGov”, disponível em <https://www.acingov.pt>.
3. A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08.
4. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos na língua portuguesa.
5. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP, caso não procedam ao suprimento das irregularidades formais, no prazo estipulado pelo júri, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 18.º deste programa do procedimento, conjugado com a alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
6. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.

7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

### **Artigo 7.º**

#### **Prazo de manutenção das propostas**

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 8.º**

#### **Propostas variantes**

No presente procedimento não é admitida a apresentação de propostas variantes ou condicionadas.

### **Artigo 9.º**

#### **Agrupamentos**

1. Os concorrentes podem apresentar-se individualmente ou em agrupamento, sem que exista qualquer modalidade jurídica de associação, sendo todos os membros de um agrupamento concorrente solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes individualmente no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Em caso de adjudicação, todos e apenas os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, com responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

## **Artigo 10.º**

### **Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas**

1. No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

## **Artigo 11.º**

### **Análise das propostas**

O júri do procedimento procede à análise das propostas submetidas, propondo a não admissão daquelas em que se verificar algum dos motivos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP ou no presente Programa.

## **Artigo 12.º**

### **Esclarecimentos Sobre as Propostas**

1. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os concorrentes obrigam-se a prestar os esclarecimentos solicitados no prazo que lhes seja fixado pelo Júri.
3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.
4. Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo e disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.



5. O júri do procedimento concede um prazo de 5 (cinco) dias úteis para suprimimento de irregularidades formais das propostas, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

### **Artigo 13.º**

#### **Avaliação das propostas e desempate**

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada através da modalidade monofator, avaliando-se, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, o preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência.
2. A adjudicação será feita por lote, e para que ocorra adjudicação num determinado lote, a favor de um concorrente, todos os itens desse lote, caso existam, devem estar em condições de ser adjudicados a esse mesmo concorrente.
3. No caso de empate entre as propostas, as mesmas serão desempatadas com recurso aos seguintes critérios de desempate, nomeadamente:
  - a) 1.º critério de desempate – Maior prazo de garantia técnica.
  - b) 2.º critério de desempate - Sorteio presencial, a realizar nas instalações da entidade adjudicante.
4. A não comparência ou a recusa de algum dos concorrentes em participar no sorteio não invalida a realização do mesmo, sendo representado pelo elemento do júri que presidir à sessão.
5. O júri do procedimento convoca os concorrentes cuja avaliação da proposta tenha resultado em empate, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio, através da plataforma eletrónica onde decorre o procedimento.

### **Artigo 14.º**

#### **Relatório Preliminar**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 146.º do CCP, o júri do procedimento elabora fundamentadamente

um relatório preliminar, no qual propõem a admissão e exclusão de propostas, bem como a ordenação das propostas admitidas.

2. Do relatório preliminar consta ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos previstos no artigo 72.º do CCP.

### **Artigo 15.º**

#### **Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri do procedimento notifica o mesmo a todos os concorrentes para que se pronunciem, por escrito, sobre o mesmo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

### **Artigo 16.º**

#### **Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as pronúncias dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do procedimento procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final de avaliação das propostas, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado pelo júri do procedimento ao órgão competente para a decisão de contratar.

### **Artigo 17.º**

#### **Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando:
  - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;

- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.
  3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

### **Artigo 18.º**

#### **Decisão de adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificar os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica os adjudicatários para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa.
3. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

### **Artigo 19.º**

#### **Documentos de habilitação**

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração do Anexo II do CCP, em conformidade com o Anexo II ao presente Programa;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta on-line, de que não se encontra nas seguintes previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º, nomeadamente:
    - i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

- ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - iii) Caso o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve apresentar o **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, em conformidade com o n.º 9 do artigo 81.º do CCP;
  - iv) Certificado de registo criminal da empresa, bem como, certificado de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Nos termos do n.º 10 do artigo 81.º do CCP, caso o fornecedor se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (disponível em: [www.pnfe.impic.pt](http://www.pnfe.impic.pt)), não se torna necessário a apresentação dos documentos de habilitação previstos na alínea anterior, devendo, em sua substituição, submeter documento indicando os dados de acesso/consulta no referido Portal;
  - d) Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
2. Todos os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
7. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
8. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que levem à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo de 3 (três) dias úteis para a respetiva supressão.

## **Artigo 20.º**

### **Prestação de caução**

1. Quando o preço contratual for superior a 500.000,00€, o adjudicatário garantirá a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, mediante a prestação de caução, nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso seja adjudicado mais de um lote a determinado concorrente, e seja celebrado um contrato único respeitante aos lotes adjudicados, em valor superior àquele liminar, o adjudicatário deve prestar a caução devida no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% do preço contratual, em benefício do INSA, devendo comprovar essa prestação no dia imediatamente subsequente, observando-se os termos seguintes:
  - a) A caução pode ser prestada através de depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado;
  - b) Garantia bancária *on first demand* ou;
  - c) Seguro caução.
3. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

4. Sem prejuízo das demais consequências sancionatórias e ressarcitórias, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos exigidos, a caução que lhe seja exigida.
5. No caso previsto no número anterior, é adjudicada a proposta ordenada no lugar subsequente.

### **Artigo 21.º**

#### **Negociação e leilão eletrónico**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou leilão eletrónico.

### **Artigo 22.º**

#### **Caducidade da Adjudicação**

1. Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, ou no presente Programa do Procedimento, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:
  - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados ou não apresentar os mesmos em língua portuguesa ou em tradução legalizada;
  - b) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;
  - c) Não celebrar e remeter o contrato no prazo estabelecido pelo órgão competente, nos termos legal e regulamentarmente aplicáveis;
  - d) Qualquer outro motivo previsto legalmente.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

### **Artigo 23.º**

#### **Aceitação da minuta do contrato**

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

### **Artigo 24.º**

#### **Reclamações contra a minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

### **Artigo 25.º**

#### **Outorga do contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos.
2. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;

- c) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida;
  - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades, se for o caso.
3. O prazo de 10 dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.
4. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o seguinte:
- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
  - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.
5. Os contratos sujeitos à fiscalização prévia especial produzem efeitos imediatos, logo após a sua celebração, permitindo o início das entregas e da execução do contrato imediatamente após a formalização.

#### **Artigo 26.º**

##### **Dever de colaboração**

1. O INSA, IP pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

#### **Artigo 27.º**

##### **Contagem de prazos**

Todos os prazos indicados no presente Programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

#### **Artigo 28.º**

##### **Encargos**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente procedimento e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.



### **Artigo 29.º**

#### **Foro Competente**

Para todas as questões emergentes do procedimento pré-contratual será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Código de Processos nos Tribunais Administrativos, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Artigo 30.º**

#### **Direito aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se especialmente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]**

1 - \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> \_\_\_\_\_ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a)

b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual

pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

- 
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
  - (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
  - (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
  - (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

### *[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser Consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local)... (data)... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### **ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA**

(disponível para preenchimento em formato .xls)

#### ANEXO IV

(a que refere o artigo 20.º do Programa do Concurso)

#### Modelo de Guia de Depósito

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai ..... (nome do adjudicatário), com  
sede.....(morada), depositar na  
..... (sede, filial, agência ou delegação) do Banco  
.....a quantia de ..... (por algarismos e por  
extenso) em dinheiros/em títulos ..... (eliminar o que não  
interessar), como caução exigida para .....(identificar o  
procedimento), nos termos do n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Códigos dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de ..... (entidade  
adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data ..... / ..... / .....

Assinatura (i) .....

(i) Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais)

## ANEXO V

### MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA AUTÓNOMA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

GARANTIA BANCÁRIA N.º ..... Em nome e a pedido do seu cliente ( ..... ), ..... , com sede em ..... , pessoa coletiva n.º ..... , matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... sob o n.º ..... , com o capital social de ..... , (ou com morada em ..... e número de identificação fiscal ..... ) vem o Banco ..... , com sede em ..... , com capital social de ..... , registado na Conservatória do Registo Comercial de ..... , sob o n.º ... de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, declarar prestar a favor do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P) uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de €.....,..... (.....euros e ..... cêntimos), correspondente à caução destinada a garantir a boa e regular execução do contrato.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar, à primeira solicitação do INSA, I.P, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido, sem que o INSA, I.P tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que lhe sejam solicitadas, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo INSA, I.P, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O pagamento das quantias solicitadas será realizado através de transferência para a conta bancária que o INSA, I.P indicar para o efeito, aquando da reclamação apresentada.

Todas as quantias reclamadas ao abrigo da presente garantia deverão ser pagas líquidas de comissões, taxas ou impostos de qualquer tipo.

A presente garantia de cumprimento mantém-se válida e eficaz até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo INSA, I.P, não podendo ser anulada ou alterada sem esse expresse consentimento, e independente de quaisquer condições, incluindo a liquidação de quaisquer prémios ou comissões.

Assegura ainda o Banco que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente garantia que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar garantia bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

Data

Assinaturas [Reconhecidas na qualidade].

## ANEXO VI

### Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Garantia Bancária / Seguro Caução n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de .....(1), vem o (a) .....(2), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (3) uma garantia bancária/Seguro caução (4), até ao montante de € \_\_\_\_\_ (5), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do \_\_\_\_\_ (6), \_\_\_\_\_ relativo à adjudicação correspondente a \_\_\_\_\_ (7), nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs \_\_\_\_\_ (8) do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (9) garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhes igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

(data e assinatura dos representantes legais)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Identificação completa da instituição garante.

(3) Identificação completa da entidade beneficiária.

(4) Eliminar o que não interessa.

(5) Indicar o valor por extenso.

(6) Identificar o procedimento

(7) Indicar o objeto da adjudicação. Se se tratar do fornecimento de diversos bens ou serviços, indicar os de maior valor, aditado da expressão "e outros".

(8) Tratando-se de garantia bancaria deve indicar-se os n.ºs 6 e 8. Tratando-se de seguro caução deve indicar-se os n.ºs 7 e 8.

(9) Eliminar o que não interessa.